

História, Património e Nostalgia

Mário Duque
hoje@macau.ctm.net

NO final do passado mês de Outubro realizou-se em Macau o simpósio internacional anual do Instituto Mateus Ricci desta vez sob o tema História e Memória, reflexões presentes sobre o passado para construir o nosso futuro, e a oportunidade local não podia ser a melhor para discutir as muitas vertentes da questão.

Muito embora o tema remeta para toda a elaboração de especialidade associada aos conteúdos da memória (relatos, registos, objectos, etc.) e da sua habilitação num discurso histórico, já na explicitação do tema, reflexões presentes sobre o passado para construir o nosso futuro, o seu alcance já não é só de especialidade, merece a nossa atenção, nele esperamos ser protagonistas e é importante conhecer os fenómenos associados à memória que estão presentes nessa construção.

A primeira constatação é que a memória, mesmo como manifestação do passado no nosso quotidiano, não é definitiva e continuamos a intervir nela, mesmo quando somente por via das nossas predisposições.

Em verdade, exactamente por causa da nossa intervenção, a objectividade do discurso histórico encrava, anula-se, constrói-se e reconstrói-se, geralmente na perspectiva da nossa própria conveniência, nem sempre solidários com o grupo com quem partilhámos essa memória e nem sempre verdadeiros connosco próprios, às luz das versões que preferimos das nossas próprias memórias.

Fabular memórias é uma aptidão humana. Preferimos naturalmente as melhores versões dos nossos actos passados mas também necessitamos de anular o que nos geram desconforto, e até o fazemos por predisposição.

Ou seja, tanto condescendemos com aquilo que sabemos não ser rigorosamente verdadeiro, como também bloqueamos ou quebramos física e psicologicamente nos lembramos experiências passadas que são humanamente insustentáveis e que preferimos ignorar para o nosso próprio equilíbrio.

Os historiadores e a tradição intelectual que se configurou na primeira metade do sec. XX, também dedicaram aos conteúdos associados à nostalgia um juízo depreciativo devido à sua falta de responsabilidade ética e estética, objectividade e discurso crítico.

Oposição que é compreensível. O discurso histórico corre nos lugares da razão e o discurso nostálgico corre nos lugares do coração.

Mas também foi uma oposição que hoje se reconhece ter sido redutora porque é exactamente nas divergências das emoções em relação à objectividade que é possível identificar o detalhe e as componentes que resultam do modo particular em que a memória se forma, sem necessariamente por em causa a objectividade da investigação ou o discurso histórico.

Redutor também seria se as ciências sociais e humanas não estivessem disponíveis para conhecer todos os matizes da realidade e da condição humana, assim como das suas elaborações, tanto na vertente da sua objectividade como da sua subjectividade.

Ou seja, nostalgia já não é uma palavra feia, antes uma componente que incorpora conteúdo psicológico ao sentido da realidade histórica e cultural.



Sendo esta uma avaliação conciliadora, ela só é possível no plano intelectual e guardando alguma distância em relação aos fenómenos. No terreno, o fenómeno é bem mais confuso e aleatório, ao qual não são alheias as expectativas que se geram sobre os legados culturais, nomeadamente o da RAE de Macau.

Muito embora o estatuto de património cultural seja validado por um discurso histórico, a verdade é que é antes a nostalgia que produz o seu verdadeiro nutriente e num quadro de motivações bem mais divergentes.

O discurso histórico é casuístico, lógico e articulado enquanto o discurso nostálgico é feito de predisposições e de estados de alma.

O discurso histórico não gera hostes de consumidores compulsivos enquanto o discurso nostálgico já se configura num universo de produtos e de comportamentos manipuláveis pelas regras do marketing.

Identificadas as substâncias e a natureza das motivações percebe-se também que o discurso histórico e o discurso nostálgico poderão correr em modo muito diverso e consoante o perfil do tecido social e cultural do momento, assim a matriz seja mais tranquila e sustentada, ou antes, a matriz seja mais ansiosa e desorientada.

Como se o fenómeno não fosse só por si já complexo no âmbito de uma única realidade cultural, tudo se complica ainda mais quando estão em presença factores associados à mobilidade, nomeadamente o turismo na vertente que incorpora uma componente cultural.

E aí, se numa perspectiva ética já somos apontados em responsabilidade pelas versões que preferimos das nossas memórias sempre que elas divergem da realidade. A questão só se agrava em responsabilidade, senão mesmo em pudor, quando somos aliciados a ajustar a nossa memória à preferência e à gratificação dos consumidores que nos visitam.

Mas essa fragilidade cultural que resulta da exposição ao fenómeno turismo não é necessariamente consequência do fenómeno em si, mas antes dos moldes em que o turismo tende a desenvolver-se.

Sabe-se que existe um Instituto Internacional para a Paz por via do Turismo onde se partilha o entendimento que o turismo é veículo promotor e disseminador da compreensão, da confiança e da boa vontade entre os povos e isso ser aptidão para a relação global em respeito e tolerância.

Também neste sentido se invoca que, entre as experiências mais qualitativas ao alcance de um turista, está a oportunidade de ser convidado espontaneamente para a casa de um anfitrião local, sendo isso expressão da melhor aptidão que se acredita que o turismo pode inspirar nas relações interpessoais e mesmo interculturais.

Mas a contingência cultural obviamente existe e reside principalmente na realidade social e psicológica associada ao turista contemporâneo, e nisso o turismo contemporâneo é substancialmente diferente do que foi na sua gênese.

Dantes viajavam as elites como forma de enriquecimento em experiências pessoais e de conhecimento do mundo, todavia produzindo impacto mínimo nesse universo de excursão e até preparados para algum desconforto.



Hoje viaja toda a gente por via da generalização da mesma capacidade económica e por via do modo também generalizado da vida contemporânea onde se reconhece que da experiência num meio cultural, ou natural, exógenos, configurada num tempo e num lugar fora das nossas rotinas, é possível espoletar mecanismos psicológicos que são altamente estimulantes e reparadores das nossas funções, por isso geradores de bem estar.

Todavia, essas excursões nesses territórios são geralmente feitas com o um dispêndio mínimo de esforço, com uma exposição mínima de risco, com muito pouca capacidade de tolerar desconforto, e em total satisfação de um estado psicológico altamente animado em relação ao nosso estado habitual.

Por todas essas razões, o impacto nesses lugares de acolhimento é sempre enorme e

depende de um conjunto de adaptações que asseguram não só a escalada da mobilidade, como também os dispositivos que o visitante reclama na sua postura de consumidores.

E, se por acaso no âmbito da oferta turística está também configurada a oferta associada a um legado cultural, sobre o qual imperam condições de salvaguarda, é evidente como a substância é frágil e o uso pode ser devastador.

O motor operativo é exclusivamente de matriz económico e, sempre que os standards extravasam a capacidade dos protagonistas dessa realidade cultural, são sempre outros promotores que entram no terreno que passam a desenvolver esse protagonismo e nem sempre partilhando essa realidade.

Também é verdade que ao turismo está associado um processo de crescente elaboração que até nem é incompatível com critérios de sustentabilidade cultural.

Disso existe confirmação na necessidade de periodicamente se atualizarem os produtos turísticos e muitas das adaptações feitas são exactamente no sentido da autenticidade da experiência, escalas mais adequadas a cada produto específico e progressiva redução da postura de consumidor por parte dos turistas, em benefício de uma postura de participante mais elaborada e mais conhecedora.

Mas os desequilíbrios abundam, conhecem-se e manifestam-se num quadro de contingência local e nos diversos ambientes social, cultural e natural, ao extremo da sua total substituição.

Todo o discurso tradicional associado à ética, à reflexão e à manutenção dos valores foi formatado numa matriz moral. Curiosamente a antropologia social explica que os regimes da moral estão associados, na sua essência e na sua origem, à sobrevivência dos grupos.

Hoje a questão da sobrevivência renova-se tanto pela insuficiência dos recursos tradicionais como pela precariedade do equilíbrio dos agentes em presença, ou seja, dos eco-sistemas.

Tanto assim é que hoje estamos mais preparados para objectivamente avaliar um comportamento em termos de sustentabilidade e menos preparados para analisar o mesmo comportamento em termos morais, nomeadamente quando nos deparamos frequentemente com diferenças culturais e religiosas, e também com a obrigação de nos entendermos à escala global.

Estando nós já reduzidos da capacidade cultural em corresponder à condição dos dogmas morais ou políticos, mas todavia preocupados com a ecologia associada ao nosso ambiente natural e urbano, ao ordenamento jurídico, ao ambiente empresarial, e mesmo às relações interpessoais, a constatação de que essa preocupação em nada vem alterar o tradicional alcance de que os actos em que os humanos intervêm necessariamente se pautam por critérios de ética, é uma constatação que só pode significar viabilidade.

Certo é também que não só a partilha desse entendimento já constitui por si acervo cultural, como também é factor de sustentabilidade, de elaboração, promove a ecologia das nossas memórias individuais e colectivas, somos menos compelidos a divergir delas em subjectividade ou em conveniência, tornando-nos mais aptos e mais protagonistas perante a nossa própria realidade cultural.

Em verdade, ética está relacionada com a nossa viabilidade tanto individual como colectiva, ou seja, com a nossa ecologia e com a regra do nosso equilíbrio, cuja salvaguarda solidária é prenúncio de manutenção.